



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (OBJETO)**

- 1.1. **Aquisição de medicamentos oncológicos e hospitalares de uso exclusivo da UNACON**, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Acre - SESACRE.

**2. FUNDAMENTO LEGAL**

- 2.1. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Estadual nº. 11.363/2023, Lei nº.8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Lei nº 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) e suas alterações, e demais normas legais aplicáveis.

**3. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

3.1. **DA MODALIDADE**

- 3.1.1. Pregão Eletrônico para Registro de Preços.

3.2. **DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

- 3.2.1. Menor preço por **ITEM**.

- 3.3. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de aquisições frequentes, solicitadas de acordo com a demanda da Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE.

**4. IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATANTE**

- 4.1. Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE
- 4.2. Endereço: Rua Benjamin Constant, 830, Bairro Centro - CEP 69900-064 - Município de Rio Branco - AC.
- 4.3. Representante da Contratante: Secretário(a) de Estado de Saúde.

**5. ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA E QUANTIDADE**

- 5.1. **Justificativa para não estabelecimento de exclusividade ou cotas exclusivas para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP)** - A Secretaria de Estado de Saúde do Acre – SESACRE, visando assegurar a plena efetividade da contratação e, sobretudo, a continuidade e a qualidade da assistência prestada à população, especialmente no atendimento oncológico e hospitalar, entende não ser técnica nem administrativamente recomendável o estabelecimento de exclusividade ou de cotas reservadas para microempresas e empresas de pequeno porte no presente certame. A contratação em questão refere-se à aquisição de medicamentos hospitalares e oncológicos de uso exclusivo da Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia – UNACON, insumos essenciais e indispensáveis à manutenção dos tratamentos ofertados no âmbito da rede estadual de saúde. Trata-se, portanto, de objeto de elevada criticidade, cujo desabastecimento, atraso ou aquisição por valores superiores aos praticados no mercado pode acarretar grave prejuízo à Administração Pública e, sobretudo, risco direto à saúde da população usuária do SUS. Nesse contexto, a aplicação do disposto no art. 48,



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

incisos I e III, da Lei Complementar nº 123/2006 mostra-se inadequada, uma vez que a restrição da competitividade poderia resultar na exclusão das indústrias fabricantes dos medicamentos, bem como de fornecedores com maior capacidade técnica, logística e econômica, comprometendo a obtenção da proposta mais vantajosa e elevando o risco de sobrepreço, fracasso do certame ou descontinuidade do fornecimento. Diante disso, a SESACRE fundamenta-se no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, bem como no art. 10, inciso II, do Decreto nº 8.538/2015, para afastar, de forma motivada, a aplicação da exclusividade ou das cotas reservadas, em estrita observância aos princípios que regem as contratações públicas, especialmente os da eficiência, da economicidade, da competitividade, do interesse público e da continuidade do serviço público, conforme também preconiza a Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se, por fim, que a não adoção de exclusividade ou cotas não implica supressão das demais prerrogativas legalmente asseguradas às microempresas e empresas de pequeno porte, as quais permanecem integralmente preservadas e aplicáveis no âmbito do presente procedimento licitatório.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE P/ CONTRAÇÃ O	QTDE P/ REGISTRO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	ABEMACICLIBE 100MG	COM	2.730	3.900		
2	ABIRATERONA 250MG	COM	27.300	39.000		
3	ACIDO ZOLEDRONICO; 4MG; PO LIOFILO/SOLUCAO INJETAVEL COM DILUENTE DE 5ML;	FA	1.640	2.340		
4	ANAGRELIDA 0,5MG. -	CAP	9.100	13.000		
5	ANASTROZOL; 1MG; ADMINISTRACAO ORAL.	COM	77.350	110.500		
6	AZACITIDINA; 100MG; SOLUCAO INJETAVEL; PO LIOFILIZADO	FA	365	520		
7	BEVACIZUMAB; 25MG/ML; SOLUCAO INJETAVEL 16ML.	FA	110	156		
8	BEVACIZUMAB; 25MG/ML; SOLUCAO INJETAVEL 4ML	FA	90	130		
9	BICALUTAMIDA; 50MG.	COM	40.950	58.500		
10	BLEOMICINA SULFATO 15UI; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FA	275	390		
11	BLINATUMOMABE 38,5 MCG PO LIOF SOL INJ	FA	55	78		
12	BORTEZOMIBE; 3,5MG; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FA	730	1.040		
13	BRENTUXIMABE VEDOTINA 50MG	FA	100	144		



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

14	CAPECITABINA; 500MG.	COM	87.360	124.800		
15	CARBOPLATINA; 10MG/ML; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL 15ML.	FA	3.360	4.800		
16	CARBOPLATINA; 10MG/ML; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL 45ML	FA	1.455	2.080		
17	CARFILZOMIBE 60MG	FR	1.175	1.680		
18	CISPLATINA; 1MG/ML; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL 100ML.	FA	1.090	1.560		
19	CISPLATINA; 1MG/ML; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL 50ML	FA	1.090	1.560		
20	CITARABINA; 100MG/ML; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL 1ML.	FA	455	650		
21	CITARABINA; 100MG; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL 10ML.	FA	730	1.040		
22	CLADRIBINA 1MG/ML; FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL; 8ML;	FA	30	40		
23	CLORAMBUCILA COMPRIMIDO DE 2MG.	COM	2.730	3.900		
24	CLORETO DE SODIO 0,9%; SOLUCAO INJETAVEL 100ML; ISENTA DE PVC; SISTEMA FECHADO EXCLUSIVO EM BOLSA.	BOLSA	5.040	7.200		
25	CLORETO DE SODIO 0,9%; SOLUCAO INJETAVEL 250ML; ISENTA DE PVC; SISTEMA FECHADO EXCLUSIVO EM BOLSA.	BOLSA	5.040	7.200		
26	CLORETO DE SODIO 0,9%; SOLUCAO INJETAVEL 500ML; ISENTA DE PVC; SISTEMA FECHADO EXCLUSIVO EM BOLSA.	BOLSA	8.440	12.000		
27	CRIZOTINIBE 200MG	CAP	2.555	3.650		
28	CRIZOTINIBE 250MG	CAP	2.045	2.920		
29	DACARBAZINA; 100MG; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FA	545	780		
30	DACARBAZINA; 200MG; SOLUCAO INJETAVEL.	FA	730	1.040		
31	DACARBAZINA; 600MG; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FA	730	1.040		
32	DACTINOMICINA SOLUCAO INJETAVEL DE 0,5MG.	FA	90	130		



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

33	DAUNORRUBICINA 20MG; PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	FA	365	520		
34	DEXAMETASONA 0,05MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FR	140	200		
35	DOCETAXEL TRIIDATADO 20MG; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL	FA	910	1.300		
36	DOCETAXEL TRIIDATADO 80MG; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FA	1.365	1.950		
37	DOXORRUBICINA; CLORIDRATO 50MG; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL..	FA	1.820	2.600		
38	DOXORRUBICINA; CLORIDRATO LIPOSSOMAL PEGUILADA 2MG/ML; SUSPENSAO INJETAVEL 10ML	FA	135	195		
39	DURVALUMABE 50 MG/ ML SOLUCAO INJETAVEL PARA INFUSAO 10 ML	FA	210	300		
40	DURVALUMABE 50MG/ ML SOLUCAO INJETAVEL PARA INFUSAO 2,4 ML	FA	175	250		
41	ERLOTINIBE CLORIDRATO DE 150MG; COMPRIMIDO RESVESTIDO; VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	COM	2.730	3.900		
42	ETOPOSIDEO FOSFATO 20MG/ML; SOLUCAO INJETAVEL 5ML.	AMP	1.455	2.080		
43	EXEMESTANO; 25MG.	DG	19.655	28.080		
44	FENTANIL TRANSDÉRMICO 50 MCG (8,4	ENV	350	500		
45	FENTANIL TRANSDÉRMICO 100 MCG (16,8MG)	ENV	350	500		
46	FILGRASTIM; HUMANA RECOMBINANTE 300MCG; SOLUCAO INJETAVEL.	SER/P	2.730	3.900		
47	FILGRASTIM; HUMANA RECOMBINANTE; 300MCG; SOLUCAO INJETAVEL.	FA	910	1.300		
48	FLUDARABINA; FOSFATO 50MG; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FA	320	455		
49	FLUORURACILA; 50MG/ML; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL 20ML.	FA	910	1.300		
50	FLUORURACILA; 50MG/ML; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL 10ML.	FA	455	650		



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

51	FLUORURACILA; 50MG/ML; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL 50ML.	FA	1.365	1.950		
52	FOLINATO DE CÁLCIO; 10 MG/ML SOL INJ FA VD AMB X 30 ML	FA	910	1.300		
53	FOLINATO DE CALCIO; 50MG; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL. -	FA	1.090	1.560		
54	FULVESTRANTO; 50MG/ML; SOLUCAO INJETAVEL 5ML.	SER	320	455		
55	GEFITINIBE; 250 MG.	COM	4.550	6.500		
56	GENCITABINA; CLORIDRATO 1G; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FA	1.640	2.340		
57	GENCITABINA; CLORIDRATO 200G; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FA	910	1.300		
58	GLICOSE; 5% 100ML; SISTEMA FECHADO ISENTO DE PVC, SISTEMA FECHADO EXCLUSIVO EM BOLSA.	BOLSA	3.500	5.000		
59	GLICOSE; 5% 250ML; SISTEMA FECHADO ISENTO DE PVC, SISTEMA FECHADO EXCLUSIVO EM BOLSA.	BOLSA	4.200	6.000		
60	GLICOSE; 5% 500ML; SISTEMA FECHADO ISENTO DE PVC, SISTEMA FECHADO EXCLUSIVO EM BOLSA.	BOLSA	7.000	10.000		
61	GOSSERRELINA; ACETATO 10,8MG SERINGA PREENCHIDA	SER/P	820	1.170		
62	GOSSERRELINA; ACETATO 3,6MG SERINGA PREENCHIDA	SER/P	730	1.040		
63	HIALURONATO DE SÓDIO 10MG/ML(1%) PARA PREENCHIMENTO INTRA-ARTICULAR SERINGA PREENCHIDA 2 ML	SER/P	700	1.000		
64	HIDROXIUREIA; 500MG. BLISTER DE ALUMÍNIO E PLÁSTICO OPACO	CAP	72.800	104.000		
65	IDARRUBICINA; CLORIDRATO 10MG; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FA	180	260		
66	IFOSFAMIDA 2G PO LIOF SOL INJ	FA	910	1.300		



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

67	IFOSFAMIDA 500MG PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	FA	910	1.300		
68	IFOSFAMIDA; 1 G; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL..	FA	1.640	2.340		
69	IMUNOGLOBULINA; ANTITIMOCITO; 25MG/ML; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL; THYMOGLUBINE.	FA	275	390		
70	IRINOTECANO; CLORIDRATO 100MG; SOLUCAO INJETAVEL 5ML; VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA.	FA	820	1.170		
71	LANREOTIDA; 120MG; SOLUCAO INJETAVEL.	SER/P	180	260		
72	LENALIDOMIDA 10MG	CAP	765	1.092		
73	LENALIDOMIDA 20MG	CAP	765	1.092		
74	LENALIDOMIDA 5MG	CAP	765	1.092		
75	LETOZOL; 2,5MG	COM	22.750	32.500		
76	LEUPRORRELINA; ACETATO 22,5MG; PO PARA SUSPENSAO INJETAVEL.	FA	820	1.170		
77	LEUPRORRELINA; ACETATO 7,5MG; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL	FA	640	910		
78	LOMUSTINA 40MG.	CAP	180	260		
79	MEGESTROL ACETATO 160MG	COM	5.460	7.800		
80	MELFALANA COMPRIMIDO DE 2MG.	COM	3.415	4.875		
81	MERCAPTOPURINA; 50MG.	COM	6.825	9.750		
82	MESNA; 100MG/ML; 4 ML.	FA	1.820	2.600		
83	MESNA; 200MG/ML; SOLUCAO INJETAVEL 2ML	AMP	910	1.300		
84	MESNA; 400MG.	COM	1.365	1.950		
85	MESNA; 600MG	COM	2.275	3.250		
86	METOTREXATO 100MG/ML; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL 10ML	FA	730	1.040		
87	METOTREXATO 25MG; SOLUCAO INJETAVEL 2ML.	FA	365	520		
88	METOTREXATO COMPRIMIDO DE 2,5MG.	COM	4.095	5.850		



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

89	MITOMICINA; 0,5MG/ML; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL 10ML	FA	180	260		
90	MITOXANTRONA 20MG; SOLUCAO INJERTEVEL; 10ML	AMP	320	455		
91	NORTRIPTILINA 25MG	COM	1.400	2.000		
92	OLAPARIBE 100MG	COM	3.065	4.380		
93	OLAPARIBE 150MG	COM	2.045	2.920		
94	OXALIPLATINA; 100MG; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FA	1.365	1.950		
95	OXALIPLATINA; 50MG; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL	FA	910	1.300		
96	OXICODONA 20MG	COM	9.800	14.000		
97	OXICODONA; 10MG	COM	10.010	14.300		
98	PACLITAXEL 6MG/ML; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL 25ML	FA	1.365	1.950		
99	PACLITAXEL 6MG/ML; SOLUCAO INJETAVEL 16,7ML.	FA	730	1.040		
100	PACLITAXEL 6MG/ML; SOLUCAO INJETAVEL 50 ML.	FA	1.820	2.600		
101	PALBOCICLIBE 125MG.	CAP	2.730	3.900		
102	PAMIDRONATO; DISSODICO 90 MG; PÓPARA SOLUÇÃO INJETÁVEL.	FA	910	1.300		
103	PAZOPANIBE; 200MG.	COM	3.930	5.616		
104	PEMBROLIZUMABE 100MG SOLUCAO INJETAVEL.	FA	275	390		
105	PEMETREXEDE; DISSODICO 500MG; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL 50 ML	FA	545	780		
106	PIRIDOXINA 40MG (VITAMINA B6	COM	1.750	2.500		
107	PONATINIBE 15MG	COM	1.020	1.460		
108	RIBOCICLIBE 200MG	COM	7.665	10.950		
109	RITUXIMABE 10MG/ML; SOLUCAO INJETAVEL 50ML.	FR	100	143		
110	RITUXIMABE 10MG/ML; SOLUCAO PARA DILUICAO PARA INFUSAO IV. ;SOLUCAO INJETAVEL 10ML	FR	90	130		
111	SORAFENIB TOSILATO 200 MG.	COM	39.310	56.160		
112	SUNITINIB; 12,5MG	CAP	380	546		
113	SUNITINIB; 25MG.	CAP	1.530	2.184		



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

114	SUNITINIB; 50MG	CAP	3.060	4.368		
115	TALIDOMIDA 100MG	COM	15.330	21.900		
116	TAMOXIFENO CITRATO 20MG.	COM	81.900	117.000		
117	TEMOZOLOMIDA 100MG; FORMA DE APRESENTACAO CAPSULA/ COMPRIMIDO/ COMPRIMIDO REVESTIDO; VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	CAP	910	1.300		
118	TEMOZOLOMIDA 250 MG; FORMA DE APRESENTACAO CAPSULA/ COMPRIMIDO/ COMPRIMIDO REVESTIDO; VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CAP	910	1.300		
119	TEMOZOLOMIDA DE 20MG; FORMA DE APRESENTACAO CAPSULA; VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	CAP	910	1.300		
120	TIIOGUANINA; 40 MG	COM	2.730	3.900		
121	TOPOTECANA; 4MG; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FA	180	260		
122	TRAMADOL 25MG + DICLOFENACO 25MG	COM	350	500		
123	TRAMADOL 37,5MG + PARACETAMOL 325 MG	COM	350	500		
124	TRETINOINA 10MG	CAP	6.370	9.100		
125	VIMBLASTINA SULFATO 10MG; PO PARA SOLUCAO INJETAVEL.	FA	275	390		
126	VINCRISTINA SULFATO 1MG/ML; FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL 1ML	FA	1.365	1.950		
127	VINORELBINA DITARTARATO 10MG/ML; SOLUCAO INJETAVEL 5ML.	FA	320	455		
<b>VALOR TOTAL EM R\$</b>						

5.2. Justificamos que a diferença de valores constante no Termo de Referência – TDR e no Mapa Comparativo (Estimativa) do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Públicos do Acre – GRP, ocorre pelo fato do Sistema GRP utilizar três casas decimais após a vírgula e no TDR são utilizadas apenas duas casas decimais, sem arredondamento, visto que no ato da licitação é usado apenas duas casas decimais para classificação das propostas.





**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

**6. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

6.1. A aquisição de insumos farmacológicos, compreendendo medicamentos oncológicos (quimioterápicos, imunoterápicos e terapias adjuvantes) e medicamentos hospitalares de suporte clínico, de uso exclusivo da Unidade de Alta Complexidade em Oncologia – UNACON, destina-se a assegurar a continuidade, a integralidade e a segurança do tratamento dos pacientes oncológicos atendidos por esta unidade especializada.

6.2. O tratamento do câncer demanda a disponibilidade permanente de medicamentos específicos, tanto para a terapêutica antineoplásica propriamente dita quanto para o manejo de efeitos adversos, prevenção e tratamento de complicações clínicas associadas, como náuseas, vômitos, dor, neutropenia, infecções, distúrbios hidroeletrólíticos e outras intercorrências frequentes durante os ciclos de quimioterapia. A ausência ou descontinuidade desses insumos compromete diretamente a efetividade terapêutica, podendo resultar em atrasos, suspensões de tratamento, agravamento do quadro clínico e aumento do risco de morbimortalidade.

6.3. Considerando que o Departamento Estadual de Assistência Farmacêutica – DAF é o órgão responsável pelas ações relacionadas à Assistência Farmacêutica no âmbito estadual, incluindo seleção, programação, aquisição, armazenamento e distribuição dos medicamentos às unidades hospitalares, faz-se necessária a realização do presente processo para garantir o abastecimento regular do Almoxarifado de Medicamentos e, conseqüentemente, o atendimento oportuno das demandas da UNACON.

6.4. A finalidade pública a ser alcançada consiste na garantia da prestação de serviços oncológicos eficazes, seguros e resolutivos, em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS, especialmente os da integralidade, universalidade e equidade. A contratação é essencial para assegurar o funcionamento adequado da assistência oncológica, impactando diretamente na capacidade operacional da unidade e na qualidade do cuidado prestado aos pacientes. A insuficiência desses insumos compromete a continuidade do tratamento, expõe os usuários a riscos evitáveis e fragiliza a rede de atenção oncológica.

6.5. A aquisição dos insumos farmacológicos proporcionará benefícios diretos e indiretos, tais como a manutenção da regularidade dos esquemas quimioterápicos, a redução de complicações clínicas, a melhoria dos desfechos terapêuticos, maior eficiência operacional da unidade, além do aumento da segurança e da satisfação dos usuários. Ressalta-se que os medicamentos objeto deste processo são padronizados conforme a tipologia da unidade hospitalar, integram a Relação Estadual de Medicamentos – RESME e são indispensáveis tanto ao tratamento antineoplásico quanto ao suporte clínico hospitalar, incluindo a prevenção e o tratamento de infecções oportunistas, condição frequente em pacientes imunossuprimidos.

6.6. O Tribunal de Contas da União define a licitação como o procedimento administrativo formal pelo qual a Administração Pública convoca interessados a apresentarem propostas para o fornecimento de bens e serviços, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa, assegurar isonomia entre os concorrentes e promover economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos (Brasil, 1993; 2010).

6.7. Os medicamentos constituem um dos principais insumos da assistência à saúde, e a garantia do acesso a esses produtos representa um desafio permanente para o Estado, especialmente em contextos de elevada vulnerabilidade social. Nesse sentido, a Assistência Farmacêutica, enquanto política pública estruturante do SUS, é fundamental para assegurar o acesso racional, oportuno e seguro aos medicamentos necessários ao cuidado dos



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

usuários.

6.8. Destarte, reafirma-se a necessidade da realização do presente processo de aquisição de medicamentos oncológicos e hospitalares de suporte, visando afastar riscos de desassistência, evitar a interrupção de tratamentos antineoplásicos e prevenir danos irreparáveis à saúde ou à vida dos pacientes oncológicos atendidos pela Rede Hospitalar do Estado do Acre.

## **7. DO QUANTITATIVO**

7.1. A Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE não estará obrigada a adquirir os quantitativos dispostos neste Termo de Referência, devendo adquirir os materiais de acordo com a sua necessidade.

7.2. Os materiais que não forem adquiridos imediatamente ficarão registrados em ATA para suprir qualquer eventualidade, quando necessário.

## **8. DA PROPOSTA DE PREÇO**

8.1. As empresas participantes deverão indicar na proposta de preços marca/fabricante dos produtos cotados, sob pena de desclassificação, bem como apresentar registro de produto (genérico ou similar ou referencia), ofertado conforme indicado na proposta.

8.2. Certificado de Registro dos Produtos emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária, nos termos da Portaria nº. 2.814/GM, de 29/05/1998 (Alteração dada pela Portaria nº 3.765, de 25/10/1998) e Lei n.º 6.360, de 23/09/1976, emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde, de cada item cotado em nome da empresa participante, ou em nome de quem o registro foi emitido, na forma a seguir:

8.2.1. As empresas participantes deverão apresentar, sob pena de desclassificação, Comprovação do Registro do(s) produto(s) emitido pela ANVISA/MS, ou cópia da publicação no D.O.U, nos termos da Portaria nº. 2.814/GM, de 29/05/1998 (Alteração dada pela Portaria nº 3.765, de 25/10/1998) e Lei nº 6.360, de 23/09/1976-MS. Para Medicamentos de Notificação Simplificada, considerando a RDC Nº 576 de 11/11/2021, a empresa deverá apresentar a Notificação Simplificada emitida pela ANVISA.;

8.2.2. Estando o Registro do Produto vencido, deverá apresentar protocolo de revalidação junto a ANVISA do Registro, acompanhada de cópia do Registro do Produto Vencido;

8.2.3. Para medicamentos manipulados, deverá cumprir as exigências para farmácia de manipulação, conforme RDC 67/2007;

8.2.4. As propostas classificadas provisoriamente em primeiro lugar serão encaminhadas para análise detalhada, por equipe técnica designada pela SESACRE;

8.2.5. Deverá ser aplicado as exigências da Lei nº 10.742, DE 06 DE OUTUBRO DE 2006, que define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED e Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências.

8.2.6. O (a) Pregoeiro (a) após a rodada de lances, para os itens que estiver(em) com o(os) preço(s) inferior(es) de 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Pública, deverá solicitar da empresa



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

classificada provisoriamente em primeiro lugar, que **comprove(m) a exequibilidade do(s) preço(s) proposto(s), como por exemplo, através de Notas Fiscais, Planilha de Custos, Cotações ou Declarações de Preços ou ainda outro método de aferição que o Órgão Demandante achar conveniente a sua apresentação por parte do licitante.**

8.2.7. Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

8.2.8. **O (a) Pregoeiro (a) após a rodada de lances deverá suspender a sessão pública do Pregão, para análise detalhadas das propostas classificadas provisoriamente em primeiro lugar, por equipe técnica designada pela SESACRE.**

**9. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE EMPRESAS**

9.1. A formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Não é, contudo, o que ocorre no objeto em tela. Portanto, não será permitida a participação de consórcios, visto não se tratar de objeto de alta complexidade ou de grande vulto econômico.

**10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA**

10.1. Deverá ser exigido para o **Patrimônio Líquido** 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme base no § 4º, Art. 69, da Lei nº 14.133/2021.

**11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

11.1. **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado. Se o atestado for emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá constar o reconhecimento de firma passada em cartório do titular da empresa que firmou a declaração;

11.2. Apresentação do **Alvará/Licença Sanitária Estadual ou Municipal** da empresa licitante, conforme o que determina a legislação vigente.

11.3. Comprovação da Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, ou cópia legível da publicação do DOU, explicando claramente as atividades a serem desenvolvidas pela empresa, devendo constar, no mínimo, os processos de fabricação e/ou armazenagem e distribuição. Se o medicamento constar na relação da portaria nº. 344/1998, a empresa deverá apresentar Autorização Especial de Funcionamento, emitida pela ANVISA;

11.4. As empresas licitantes deverão apresentar Certificado de Regularidade Técnica, expedido pelo Conselho Regional de Farmácia nos moldes da RESOLUÇÃO CFF Nº 725, DE 26.06.2022 que diz em seu Art. 2º - A Certidão de Regularidade é o documento que comprova a exigência prevista no artigo 24 Lei 3.820, de 11 de novembro de 1960 e deverá ser emitida de acordo com os termos dos anexos I e II da presente resolução.



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

**12. VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS ELETRÔNICO**

- 12.1. Os documentos exigidos neste Termo de Referência, quando confeccionados pelos licitantes e assinados eletronicamente, serão objeto de **análise e verificação de autenticidade** pela Administração;
- 12.2. Considera-se **assinatura eletrônica**, nos termos do **art. 3º, inciso II, da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020**, os dados em formato eletrônico que se ligam ou estão logicamente associados a outros dados também em formato eletrônico e que são utilizados pelo signatário para assinar, observados os **níveis de assinatura apropriados** para os atos previstos na referida Lei;
- 12.3. A **assinatura eletrônica**, por pessoa física ou jurídica, realizada mediante **certificado digital** emitido no âmbito da **Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil**, será verificada por meio do **Verificador de Conformidade do Governo Federal** (<https://validar.iti.gov.br/>), com a finalidade de confirmar as propriedades e a integridade do documento assinado digitalmente;
- 12.4. As **assinaturas digitais** poderão ser realizadas por qualquer plataforma ou assinador eletrônico compatível com a ICP-Brasil.
- 12.5. Os documentos assinados com a utilização de certificado digital serão **presumidos verdadeiros** em relação aos signatários, devendo, contudo, ser apresentada, **juntamente com o documento, a autenticação emitida pelo Verificador de Conformidade do Governo Federal, mantido pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI)**, para fins de conferência e validação da assinatura digital.

**13. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO**

- 13.1. Os materiais a serem adquiridos possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como serviços de uso comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

**14. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 14.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, desde que comprovada a vantajosidade do preço, conforme o estabelecido no art. 325 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 e Art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, terá início na data de sua assinatura, tendo como eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado.
- 14.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** não estará obrigado a adquirir o material objeto desta Ata, exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa FORNECEDORA, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições;
- 14.3. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a empresa FORNECEDORA assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, aos pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;

14.4. A contratação decorrente desta Ata será formalizada mediante contrato ou documento equivalente.

14.5. Após ser regulamente convocada, a empresa vencedora do certame terá o prazo de até 3 (três) dias úteis para assinar a Ata de Registro de Preços.

**15. PRAZO DO CONTRATO**

**15.1. DO CONTRATO**

15.1.1. Findo o processo licitatório, a qualquer momento durante a vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com as necessidades da Administração, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, a licitante vencedora e a SESACRE poderão celebrar o Termo de Contrato.

15.1.2. O prazo acima descrito poderá ser prorrogado uma vez por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora, devidamente justificado, desde que aceito pela SESACRE.

15.1.3. Após ser regulamente convocada, a empresa vencedora do certame terá o prazo de até 3 (três) dias úteis para assinar o contrato.

**15.2. DA VIGÊNCIA**

15.2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 ano, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, desde que a Administração Pública comprove a cada exercício a vantajosidade com pesquisas de mercado e a existência de créditos orçamentários, aprovado por Termo Aditivo.

15.2.2. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

**15.3. DA EFICÁCIA**

15.3.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

15.3.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

15.3.2.1. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação.

**16. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**16.1. DA REFERÊNCIA AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINARE NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL**

16.1.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo ao processo administrativo.



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

16.1.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

16.2. **LEGISLAÇÃO QUE PODERÁ SER APLICADA AO OBJETO:**

16.2.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- Regulamento Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**17. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

17.1. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

17.1.1. Em consonância com o Art. 122, caput, da Lei nº. 14.133/2021, não será admitida a subcontratação total ou parcial para o objeto a ser contratado.

17.2. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

17.2.1. Em consonância com os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, não será exigida a prestação de garantia na contratação.

17.3. **DA AMOSTRA**

17.3.1. A critério da autoridade competente, não será exigida a apresentação da amostra.

**18. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

18.1. **LOCAL DE ENTREGA:**

18.1.1. Os Medicamentos deverão ser entregues de acordo com as Ordens de Entrega expedida pela Central Demandante Responsável, conforme endereço abaixo relacionado:

UNIDADE	ENDEREÇO
<b>Departamento Estadual de Assistência Farmacêutica SEDE DO ALMOXARIFADO DE MEDICAMENTOS</b>	<b>AVENIDA GETULIO VARGAS – TRAVESSA DO HEMOACRE Nº 132- CEP: 69900-604 - RIO BRANCO – AC</b>

18.2. **PRAZO PARA ENTREGA:**

18.2.1. Prazo de Entrega dos medicamentos será de até 25 (vinte cinco) dias consecutivos contados a partir da data de emissão de Ordem de Entrega emitida pela Central Demandante.

18.3. **CONDIÇÕES PARA ENTREGA:**

18.3.1. A Empresa contratada deverá entregar o material em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

18.3.2. O medicamento deverá ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, aderência ao produto e umidade; sem inadequação de conteúdo e identificadas às condições de temperatura exigida em rótulo, e com número de registros emitido pela ANVISA;





**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

18.3.3. Todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem apresentar nos rótulos e bulas todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração de acordo com legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, entre outros;

18.3.4. Os medicamentos devem ser entregues por lotes e data de validade, com seus respectivos quantitativos na nota fiscal;

18.3.5. O Prazo de Validade dos medicamentos **NÃO DEVERÁ SER INFERIOR A 12 (DOZE) MESES** a contar da data da entrega do produto;

18.3.6. Em casos extraordinários em que a contratada não possua o produto com a validade acima mencionada, será necessária CARTA DE COMPROMETIMENTO DE TROCA DA INDÚSTRIA E/OU DA EMPRESA, a qual será analisada pelo setor demandante quanto a possibilidade de aceite;

18.3.7. Os produtos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras deste processo devem apresentar em suas embalagens secundárias e/ou primárias a expressão "PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO", conforme RDC nº 71/2009, RDC nº 140/2003, Vigilância Sanitária e Licitação Pública/2003.

18.3.8. O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

18.3.9. No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão da entrega, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.

18.3.10. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à Empresa contratada.

18.3.11. Poderá, caso necessário, a equipe técnica do DAFI, solicitar a contratada, Laudos Analíticos Laboratoriais do lote entregue, se constatado alteração nas características organolépticas e/ou queixa técnica e/ou denúncias que estejam ausentes da bula ou divergentes da farmacopéia brasileira.

18.4. **DO RECEBIMENTO**

18.4.1. O recebimento do objeto da contratação ocorrerá em duas etapas e será realizado:

18.4.1.1. **Provisoriamente:** Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de até 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

18.4.1.2. **Definitivamente:** Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado e/ou atesto do documento fiscal, pela respectiva unidade administrativa.



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

- 18.4.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 18.4.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Empresa contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.
- 18.4.4. A Administração contratante emitirá o documento de aceite somente após o recebimento definitivo e restar constatado ter a empresa contratada cumprido suas obrigações e estar o objeto em condições de recebimento.
- 18.4.5. No ato do recebimento caso o objeto apresentado não esteja em conformidade com este Termo de Referência, o item será recusado total ou parcialmente, conforme o caso, sem direito a indenização à empresa contratada.
- 18.4.6. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da empresa contratada quanto aos vícios ocultos, ou seja, que só manifestados quando da sua normal utilização pela Administração contratante, nos termos do Código de defesa do Consumidor (Lei 8.078/90)
- 18.4.7. Se houver erro no documento fiscal, ou qualquer outra circunstância que impeça o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento restará suspenso, não podendo a Empresa contratada interromper a execução do objeto até o saneamento das irregularidades.
- 18.4.8. Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da empresa contratada, não incidirá sobre a Administração contratante qualquer ônus, inclusive financeiro.

**19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 19.1. A empresa contratada ficará obrigada a trocar, imediatamente, os medicamentos que vierem a ser recusados, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE;
- 19.2. A Contratada assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento, mão-de-obra, necessário à boa e perfeita entrega dos medicamentos;
- 19.3. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Contratante ou a terceiros;
- 19.4. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 19.5. Efetuar a entrega dos medicamentos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de validade;
- 19.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);





**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

- 19.7. Substituir, corrigir, remover às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, os medicamentos com avarias ou com prazo de validade vencidos;
- 19.8. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 19.9. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 19.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 19.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 19.12. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 19.13. A CONTRATADA deverá informar a CONTRATANTE no ato da assinatura do contrato, um telefone disponível 24 (vinte e quatro) horas e endereço de e-mail.

**20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 20.1. Exigir o cumprimento do objeto, segundo suas especificações, prazos e demais condições;
- 20.2. Acompanhar a entrega dos medicamentos e avaliar a sua qualidade, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada, podendo rejeitá-los, mediante justificativa;
- 20.3. Fornecer as instruções necessárias à entrega dos medicamentos e cumprir com os pagamentos nas condições dos preços pactuados;
- 20.4. Proceder a mais ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento do objeto deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade da contratada;
- 20.5. Indicar os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da entrega dos medicamentos.

**21. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 21.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 21.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 21.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

21.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

21.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**21.6. FISCAL DO CONTRATO**

21.6.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

21.6.1.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

21.6.1.2. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;

21.6.1.3. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;

21.6.1.4. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;

21.6.1.5. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;

21.6.1.6. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;

21.6.1.7. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora;

21.6.1.8. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;

21.6.1.9. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

21.6.1.10. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;

21.6.1.11. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeito estado e nas mesmas condições e características pactuadas;

21.6.1.12. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;

21.6.1.13. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

- 21.6.1.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;
- 21.6.1.15. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;
- 21.6.1.16. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 21.6.1.17. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 21.6.1.18. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 21.6.1.19. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 21.6.1.20. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- 21.6.1.21. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos serviços efetivamente realizados;
- 21.6.1.22. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 21.6.1.23. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações; e
- 21.6.1.24. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

**21.7. GESTOR DO CONTRATO**

- 21.7.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
  - 21.7.1.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
  - 21.7.1.2. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
  - 21.7.1.3. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
  - 21.7.1.4. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
  - 21.7.1.5. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
  - 21.7.1.6. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

- 21.7.1.7. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
- 21.7.1.8. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- 21.7.1.9. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
- 21.7.1.10. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público;
- 21.7.1.11. Propor medidas que melhorem a execução do contrato;
- 21.7.1.12. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- 21.7.1.13. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- 21.7.1.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;
- 21.7.1.15. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
- 21.7.1.16. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;
- 21.7.1.17. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas;
- 21.7.1.18. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões;
- 21.7.1.19. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;
- 21.7.1.20. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;
- 21.7.1.21. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

21.7.1.22. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

## **22. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

22.1. O pagamento dos materiais efetivamente fornecidos será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterà o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

22.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

22.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome do:

a) SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

b) CNPJ 04.034.526/0001-43

22.4. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

22.5. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

22.6. Os empenhos são feitos através do sistema da Secretaria de Estado da Fazenda. Portanto faz-se necessário que a empresa possua **Cadastro de Credor** no sistema, que pode ser feito da seguinte forma: 1. Formulário de Cadastro de Credor Pessoa Jurídica, devidamente preenchido e assinado pelo titular, sócio ou procurador legal da empresa [[Clique aqui para acessar o formulário](http://sefaz.acre.gov.br/2021/?p=434)], através do link: <http://sefaz.acre.gov.br/2021/?p=434> (**Pessoa Jurídica - Inclusão**). 2. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica (CNPJ). 3. Ficha de Inscrição e Atualização Cadastral (FAC) (quando se tratar das classes “9 – Fornecedor” e/ou “12 – Prestador de Serviços”). 4. Comprovante de Endereço atualizado. 5. Documentos pessoais do titular, sócio ou procurador legal da empresa: RG, CPF e Comprovante de Endereço atualizado. 6. Comprovante da conta com a identificação da instituição bancária e com o nome completo do credor, tais como: contrato de abertura da conta, extrato atualizado, comprovante de depósito ou cartão da conta (frente e verso), a fim de se comprovar que a conta corresponda à conta bancária indicada no Formulário. 7. Documento de



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

Arrecadação Estadual – DAE (**Taxa de Expediente "Valor informado no portal da SEFAZ"**), acompanhado de seu comprovante de pagamento ou autenticação bancária; [**Clique aqui para emitir o DAE**] (**Código DAE: Tipo de receita - 41 (Taxa de Expediente), Código Classe - 41 - 2 (Requerimentos referentes a pedidos diversos), Código sub classe - 41 – 2 – 10 (Inscrição no Cadastro de Credores), Código do nível - 41 – 2 10 – 2 (Pessoa Jurídica) e Código do subnível - 41 – 2 – 10 – 2 – 1 (Inclusão)**)).

22.7. Para credores de outros Estados, os formulários, as cópias da documentação e o comprovante do pagamento podem ser enviados para o endereço de e-mail: [dicad@sefaz.ac.gov.br](mailto:dicad@sefaz.ac.gov.br) para a efetivação do cadastro, contato (68) 3212-7645.

22.8. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = N \times VP \times I / 365$ , onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

22.9. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na Sede do Almoxarifado de Medicamentos, situada na Avenida Getúlio Vargas, nº 132, Travessa do HEMOACRE, CEP 69.900-604, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

22.10. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

22.11. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

22.12. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

22.13. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

## **23. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS**

### **23.1. ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

23.1.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

23.1.2. Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente contrato, respeitadas as disposições do art. 125 da Lei 14.133/21.

23.2. **DA REVISÃO**

23.2.1. **DA ATA DE REGISTROS DE REGISTRO**

23.2.1.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Ata, poderá ser promovida revisão do preço, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos preços registrados, nos termos do disposto no art. 27 do Decreto Federal 11.462/2023 e art. 125 da Lei 14.133/2021.

23.2.1.2. Para fins do disposto no subitem anterior, será devida a revisão dos valores pela Contratante a partir da data do fato que gerou o direito a revisão dos preços, desde que solicitado formalmente, mediante comprovação pela Contratada e após a análise técnica e jurídica da Contratante.

23.2.1.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

23.2.1.4. Fica facultado à Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada.

23.2.1.5. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender o fornecimento dos serviços/materiais/equipamentos e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

23.2.1.6. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os serviços/materiais/equipamentos a partir da data do protocolo do pedido.

23.2.2. **DO CONTRATO**

23.2.2.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, nos termos do disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.





**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

23.2.2.2. Para fins do disposto no subitem anterior, será devida a revisão dos valores pela Contratante a partir da data do fato que gerou o direito ao reequilíbrio contratual, desde que solicitado formalmente, mediante comprovação pela Contratada e após a análise técnica e jurídica da Contratante.

23.2.2.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

23.2.2.4. Fica facultado à Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada.

23.2.2.5. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender o fornecimento dos serviços/equipamentos e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

23.2.2.6. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os serviços/equipamentos a partir da data do protocolo do pedido.

**23.3. DO REAJUSTE**

23.3.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data-base, à data vinculada do orçamento;

23.3.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, **os preços contratados poderão sofrer reajustes após um ano**, admitida a adoção de índices como o IPCA ou outros índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela, prevalecendo o menor índice na data do reajuste, desde que a prorrogação do vínculo represente situação mais vantajosa para a Administração;

23.3.3. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

**24. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

24.1. A ata de registro de preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 do Decreto nº 11.363/2023.

24.2. O pedido de adesão por órgão ou entidade não participante será analisado pelo órgão ou entidade gerenciadora, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, desde que não haja prejuízo às obrigações presentes e futuras decorrentes da ata de registro de preços, e indicará as possíveis detentoras e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.





**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

- 24.3. **A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.**
- 24.4. **A adesão deverá ser efetivada em até 90 (noventa) dias contados da autorização**, admitida a prorrogação excepcional e justificada desse prazo, a pedido do interessado, mediante anuência da detentora, desde que observado o prazo de vigência da ata de registro de preço.
- 24.5. Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciado.
- 24.6. As aquisições ou contratações adicionais **não poderão exceder**, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do edital registrados na ata** de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes; e a soma de todas as adesões à ata de registro de preços **não poderá exceder**, na totalidade, ao **dobro do quantitativo de cada item registrado na ata** de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**25. RESCISÃO CONTRATUAL**

- 25.1. A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato, garantida a prévia defesa nas hipóteses contidas no art. 137, da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, sem que caiba ao CONTRATADO, direito a qualquer indenização e sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes e das regras contidas nos arts. 138 e 139, do mesmo diploma legal.
- 25.2. A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a contratos administrativos.
- 25.3. Em eventual rescisão de contrato, se a interrupção das atividades em andamento vier a causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias, para a rescisão obter eficácia. Durante este prazo, a CONTRATADA não poderá negligenciar a execução dos serviços ora contratados.
- 25.4. Em caso de rescisão, fará *jus* a CONTRATADA, ao valor dos serviços realizados anterior a rescisão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.
- 25.5. De acordo com o art. 138 da Lei 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:
- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
  - b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, formalizada a intenção com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
  - c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

- 25.6. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa;
- 25.7. Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurada, à Contratada, na segunda hipótese, a produção de contraditório e de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Contratante para que, se o desejar, a Contratada apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de não colhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.
- 25.8. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com consequências previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, neste instrumento e na Legislação Brasileira.
- 25.9. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 25.10. O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no Decreto Estadual nº 9.542/2021 e a IN Conjunta nº 01/2014, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.

## **26. DAS PENALIDADES**

- 26.1. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam, os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo (art. 92, XIV da Lei 14.133/21).
- 26.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou ata de registro de preços ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 249, § 4º, Decreto Estadual nº 11.363/2023).
- 26.3. O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará sujeitas às sanções previstas será descredenciado do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo do Estado do Acre.
- 26.4. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada “**se houver**”, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e com aplicação de juros, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários da Fazenda Pública estadual, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.
- 26.5. O atraso nos serviços para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do ilícito administrativo, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

- 26.6. Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora (art. 334, § 5º, Decreto Estadual nº 11.363/2023).
- 26.7. O licitante penalizado com as sanções de impedimento ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será registrado no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre, com registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS ou Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF após a comunicação ao órgão ou entidade promotora da licitação pelo órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção (art. 148, VIII, Parágrafo único, Decreto Estadual nº 11.363/2023).
- 26.8. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas no edital.
- 26.9. As sanções previstas nas art. 156 §7º poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa prevista no inciso II, nos termos do art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/21.
- 26.10. Administração poderá rescindir o contrato nas hipóteses do art. 137, bem como poderá fazê-lo de forma unilateral nos casos do inc. I do art. 138, ambos da Lei Federal nº. 14.133/21.
- 26.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 26.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 26.13. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 26.14. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo órgão.
- 26.15. O valor da multa aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente no órgão indicado no subitem 1.1 deste Termo de Referência, acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês.
- 26.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas em sistema mantido na Secretaria Adjunta de Licitações - SELIC, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 26.17. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 26.18. As penalidades só não serão aplicadas, se ocorrer fato superveniente justificável e aceito, submetido à aprovação da autoridade competente – pelo Pregoeiro e submetido à autoridade do órgão promotor da licitação durante a realização do certame ou pelo fiscal do contrato e submetido à aprovação pela autoridade do



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

órgão solicitante, durante a execução do contrato.

26.19. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa no processo administrativo.

26.20. Para as condutas ensejadoras de prejuízo à Administração não descrita nos itens anteriores, poderão ser aplicadas outras penalidades previstas em legislação específica, subsidiariamente.

26.21. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Termo de Referência, serão aplicadas as penalidades previstas no instrumento convocatório, garantida sempre a ampla defesa e o contraditório.

26.22. Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada na Secretaria de Estado de Saúde, até o dia anterior à data prevista para a execução do serviço e ou fornecimento do materiais.

26.23. Se a CONTRATADA incidir nas condutas previstas no art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar-lhe, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - impedimento de licitar e contratar; e
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

26.24. A **multa** é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor e será **aplicada nos seguintes limites máximos**:

- I - 0,33 % (trinta e três centésimos por cento) ao dia, do segundo dia até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada;
- II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizado, observado o disposto no § 5º, a partir do trigésimo primeiro dia;
- III - 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do objeto em atraso, no primeiro dia de atraso, por descumprimento do prazo de entrega do objeto em conformidade com o edital, cumulativamente à aplicação do disposto nos incisos I e II; e,
- IV - 10% (dez por cento) aplicado sobre o percentual de 20% (vinte por cento) do valor da proposta do licitante, por ilícitos administrativos no decorrer do certame.

## **27. ANTICORRUPÇÃO**

27.1. **Compromisso com a Integridade**

27.1.1. A CONTRATADA declara, sob as penas da lei, que adota postura ética e íntegra em todas as suas atividades, comprometendo-se a não oferecer, prometer, autorizar, realizar, solicitar ou receber, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pagamento, presente, benefício, suborno, propina ou comissão a



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**

agentes públicos ou a quaisquer terceiros, com o objetivo de influenciar atos ou omissões relacionados à celebração, execução ou fiscalização deste contrato.

**27.2. Conformidade Legal e Programas de Integridade**

27.2.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir rigorosamente todas as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Empresarial), da Lei Estadual nº 3.747/2021 (que institui o Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre), bem como demais normas e regulamentos anticorrupção e de integridade aplicáveis, incluindo os princípios da administração pública previsto no art. 37 da Constituição Federal.

**27.3. Canal de Denúncias e Cooperação**

27.3.1. A CONTRATADA se compromete a divulgar internamente, entre seus dirigentes, empregados, prepostos e eventuais subcontratados, os canais oficiais de denúncia da Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE, viabilizando que qualquer conduta irregular relacionada a este contrato seja prontamente comunicada nos seguintes canais:

- I - **E-mail:** [sesacre.sesacre2020@gmail.com](mailto:sesacre.sesacre2020@gmail.com) / [sesacre.sesacre@ac.gov.br](mailto:sesacre.sesacre@ac.gov.br)
- II - **Telefone:** (68) 3215-2670 / 2619
- III - **Endereço:** Rua Benjamin Constant, 830, - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-064

**28. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 28.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:
  - 28.1.1. Cód. Órgão / Unidade Executora: 721 SESACRE / 607 Fundo Estadual de Saúde
  - 28.1.2. Programa de Trabalho: 10.302.1465-22070000/10.302.1465-22080000
  - 28.1.3. Elemento de Despesa: 33.90.30.0000
  - 28.1.4. Fonte de Recurso: 15001002 e 16000400



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO MARCELO XAVIER DA ROCHA**, em 05/05/2026, às 11:03, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SESACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000016/2026**



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CP6803D6 D3648624 29173394 CED8CF47** e código CRC **18274C**